



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639037 - PR (2021/0004270-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA
ADVOGADO : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA - PR046769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : BRUNO DE JESUS (PRESO)
CORRÉU : LEANDRO JUNIOR DA LUZ
CORRÉU : CRISTIANO NIEDERMEYER
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO DE JESUS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Apelação Criminal n. 0029929-11.2016.8.16.0030).

O paciente foi condenado às penas de 24 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 25 dias-multa, como incurso no art. 2º, *caput*, §§ 2º e 4º, inciso V, da Lei n. 12.850/2013; art. 148, *caput* e § 2º; art. 148, *caput* e § 1º, IV; e art. 121, § 2º, incisos I, III, e IV, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, tendo a sanção sido redimensionada no apelo ministerial para 26 anos e 5 meses de reclusão, mantidos os demais termos do édito condenatório.

O impetrante sustenta que as penas-base dos crimes imputados ao agente teriam sido fixadas de forma desproporcional, haja vista que consideradas negativas apenas três circunstâncias judiciais.

Assevera que as circunstâncias dos autos não ensejariam o aumento operado na primeira fase da dosimetria, de forma que a sanção deveria ser redimensionada.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a pena-base dos crimes imputados seja revista e reduzida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente